

AS MISSÕES JESUÍTICAS DOS GUARANIS E OS IMPACTOS NAS FRONTEIRAS DA AMÉRICA LATINA

Priscila Lini¹

Resumo

A pesquisa trata das Missões Jesuíticas dos Guaranis e sua relevância no desenho das fronteiras coloniais e das negociações territoriais efetivadas por Portugal e Espanha em sua consolidação no domínio continental, tanto no elemento humano quanto geográfico. A localização estratégica convenientemente congregou o resguardo territorial, e, de maneira distinta, utilizava o próprio elemento humano nativo como fator colonizador. A expressiva extensão que conformou as Missões – em todas as suas fases e deslocamentos, abrangeu desde a atual Bolívia, o Paraguai, Brasil e Argentina, estabelecendo novos hábitos produtivos. O fim do período das Missões teve razão por diversos fatores, não cabendo apontar somente um acontecimento responsável por este encerramento. Logicamente, a negociação das terras entre Portugal e Espanha deu início ao processo, mas a isto se deve somar a expulsão dos jesuítas e a inabilidade da nova administração estabelecida pela Coroa. Os movimentos de independência que movimentaram a América Latina na transição dos séculos XVII e XIX viriam pôr fim ao que sobrava da autoridade colonial ali vigente, incorporando os territórios em definitivo nas fronteiras dos recém-formados estados nacionais, proporcionando um vácuo que permitiu a espoliação territorial de forma intensa. Para esta pesquisa foram realizadas pesquisas em fontes primárias de centros de documentação, acervos e repositórios da bibliografia disponível, de forma interdisciplinar, buscando-se a análise não somente jurídica, mas também histórica, antropológica e geográfica das Missões jesuíticas dos guaranis e seus reflexos coloniais, sobre diversos prismas ideológicos.

Palavras-chave: Fronteiras, Missões, Guarani.

Introdução:

As Missões jesuíticas conformaram uma estratégia colonial da Europa da nascente Modernidade, com um caráter dúplice: enquanto conquistaram o espaço, evangelizavam os povos desconhecidos dos continentes que se descortinavam, ampliando os domínios de uma Igreja Católica que perdia o espaço aos poucos para os movimentos reformistas. A dedicação e a competência dos clérigos da Companhia de Jesus foram conhecidas desde o extremo Oriente – a exemplo dos santos mártires do Japão – às selvas da América recém descoberta.

No coração desta selvagem América do Sul, a tarefa missionária dos jesuítas junto aos grupos guaranis resultou em uma vertente colonial única, que não raro ganha contornos de utopia. As “reduções”, espaços de reunião, catequização e organização cotidiana e produtiva

¹ Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, bolsista PNPd/CAPES. Doutora e mestre também em Direito Econômico e Socioambiental pela mesma instituição. Professora do ensino superior do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas e Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu (em licença). Servidora pública na Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

floresceram nos territórios das imediações da bacia do Prata, desde o Guairá, o Tape e o Itatim. Nestes espaços, os padres da Companhia de Jesus modificaram substancialmente o modo de vida e fixaram em núcleos populacionais milhares de guaranis antes adeptos ao sistema seminômade de vida.

A escolha deste espaço não se deu ao acaso, e seu caráter estratégico revela os permanentes atritos entre Portugal e Espanha, em alguns períodos arrefecidos pela união ibérica, em outros períodos beligerantes e animosos, e, entre avanços e recuos, o território missionário da porção centro-sul do continente permaneceu por vários anos em uma característica única de ocupação – um espaço colonial, preponderantemente ocupado e defendido pelos próprios grupos humanos locais.

Desta interação, pode-se analisar que os efeitos da ocupação levada a cabo pelas Missões trouxeram consequências fundamentais à configuração do território na América do Sul, que permaneceu em uma situação de contínuos conflitos e desperta diferentes interesses sociais, políticos e econômicos até a atualidade.

Os jesuítas e a tarefa missionária platina.

A ordem jesuíta, fundada por Ignacio de Loyola em Montmartre, comporta uma nova forma de organização religiosa, mais adaptada às demandas da Modernidade de uma Europa em expansão, com efervescência de ideias renascentistas e com a Igreja Católica sob as graves ameaças reformistas e mouriscas.

Denominados os ‘soldados de Cristo’, os jesuítas trouxeram com sua grande disciplina, estudo e preparo, novos contornos às ordens religiosas tradicionalmente medievais, substituindo a fé abnegada e contemplativa à uma fé mais combativa e atuante.

Desde que surgiram, em 1534, os jesuítas eram diferentes. Nunca antes uma ordem conciliou tão bem a sólida formação religiosa e intelectual de seus membros com a disposição para participar de missões que exigiam resistência física, capacidade de articulação política e boas noções de administração e finanças. Por isso mesmo, rapidamente, os jesuítas se firmaram como a primeira ordem moderna do cristianismo, bem distante dos padrões medievais de comportamento. Seus membros se tornaram confessores de reis e líderes de expedições para qualquer lugar onde um navio europeu pudesse chegar. Assim, garantiram que a fé cristã deixasse o território do antigo Império Romano e alcançasse o resto do mundo, pela primeira vez desde o começo da Idade Média. (CORDEIRO, 2016, p. 12).

Distribuídos nos novos continentes em descobrimento, os jesuítas estabeleceram uma estratégia muito própria, a tarefa missionária, que estabelecia um contato profundo e contínuo

com as comunidades encontradas. No Oriente, encontraram sociedades estáveis, organizadas, com ritos religiosos milenares e autoridades plenamente estabelecidas. Ocorreu que no continente a Oeste, os povos encontrados não possuíam o mesmo refinamento de costumes, estavam em um estado de barbárie, por assim dizer. Carentes do Deus verdadeiro e da vida regrada, porém com todo o potencial para bem recebê-los, para tanto seria apenas necessário um esforço de catequização e organização, ao qual denominaram de “redução”.

A redução é um método missional, que reúne os indígenas em povoados para que vivam “uma vida mais política e humana”, segundo a concepção religiosa e ideológica da época. Vários são os elementos básicos sobre os que estrutura o método. (...) A base econômica é objeto de cuidados especiais. Os jesuítas, com um forte sentido de captação do modo de produção e das formas de trabalho, próprias dos guarani, mantiveram os cultivos tradicionais e também o equilíbrio entre as chácaras das famílias particulares e os trabalhos comunais. (MELIÁ, 1988, p. 82)

Especialmente na região da bacia do Prata, as reduções tiveram lugar por uma série de fatores. Primeiramente, o território deveria ser assegurado em face aos avanços portugueses. De outra parte, os habitantes locais, além da necessidade premente de evangelização, necessitavam de proteção em relação aos colonos espanhóis – ávidos por incorporá-los nos sistemas econômicos da *encomienda* ou da *mita* – e dos bandeirantes paulistas que adentravam as florestas a fim de prear os índios que iam alimentar os mercados de escravos das regiões próximas à costa atlântica.

A demanda por missionários partiu do próprio governo provincial, que viu na atividade jesuíta uma valiosa forma de auxílio à colonização em um território tão extenso e, em certa medida isolado. A redução e catequização dos índios atendia tanto à Coroa, que ganhava mais súditos, quanto à Igreja Católica, que conquistava mais fieis, e assim, garantia que o território platino fosse efetivamente ocupado e defendido.

O território missioneiro Guarani.

Para o território hispânico além da linha de Tordesilhas, as cidades fundadas no século XVI – Villa Rica del Espíritu Santo, Ciudad Real del Guairá, Santa Cruz de la Sierra, Buenos Aires – tinham como objetivo assegurar à Espanha a bacia do Prata e abrir a navegação direta com a metrópole. Porém, a rota atlântica não foi oficializada e a região do Prata restou isolada e cresceu muito lentamente (BELASTEGUI, 2009, p. 16).

As Missões Jesuíticas com o povo guarani tiveram início na região que se denominou Guairá, entre os rios Ivaí, Tibagi e Piquiri, atual estado do Paraná. Fundadas no início do século

XVII, a pedido do governador Hernandarias, desde a Espanha se criou a Província Jesuítica do Paraguai, chegando as primeiras Missões às regiões do Guairá, do Tape e do Itatim.

Além do mais, os jesuítas tinham um colégio em Assunção que, nos primeiros tempos, lhes serviu de base doutrinária e econômica para as Missões que desenvolviam. Esta demanda teve lugar pois a região do Guairá mostrava-se um perigo aos domínios hispânicos na direção das ricas minas de prata de Potosí e já parecia uma rota interessante aos bandeirantes paulistas.

Uma das maiores dificuldades da experiência das missões era ao mesmo tempo um de seus grandes trunfos: a maior parte das cidadelas jesuíticas estava instalada numa região estratégica, bem servida de rios e próxima de centros urbanos expressivos, o estuário do rio da Prata. Esta foi uma das regiões mais disputadas da América do Sul desde o início da colonização. Em 1531, Martim Afonso de Souza, o primeiro regente do Brasil, conduziu pessoalmente expedições para a área, onde chegou a escapar com vida de um naufrágio. Os moradores de São Vicente procurariam, por muitas décadas, as minas míticas (sabe-se hoje, inexistentes) que se igualariam às encontradas em outras regiões do continente, em especial no Peru e na Bolívia. Na geografia da época o rio era considerado a porta de entrada para o Império Inca e seria disputado por colonizadores espanhóis e bandeirantes portugueses. (CORDEIRO, 2016, p. 144/145).

Graças ao trabalho de padres como José Cataldino e Simón Masceta as primeiras Missões foram erguidas a partir de 1609, multiplicando-se rapidamente, o que contou com apoio maciço do governo das Províncias do Paraguai e do Rio de la Plata, que determinava inclusive que lhes fossem facilitados os meios de subsistência, lhes fosse provida ajuda, pois da parte dos padres haveria auxílio recíproco (LINI, 2015, p. 49). Ainda, ficava determinado que “nenhum soldado ou vizinho viria a inquietá-los com os achaques de que vão pela *mita*” (PASTELLS, 1912, p. 153.).

Logo, as reduções foram, entre tentativas e erros, congregando grupos indígenas, e, já no ano de 1610, relatos contabilizam aproximadamente vinte mil índios nas imediações (PASTELLS, 1912, p. 176). Esta reunião de guaranis reduzidos, que iam condicionando-se ao trabalho e a fé cristã, não tardou a chamar a atenção dos bandeirantes paulistas, que iniciaram suas incursões em busca de índios para escravizar, atacando as Missões e levando prisioneiros centenas de homens, mulheres e crianças.

Em 1628, os primeiros assaltos às reduções tiveram início, e os padres imediatamente clamaram por socorro em Lima, para que a Real Audiência de Charcas, com jurisdição nas províncias do Paraguai e Río de la Plata, intercedesse junto ao rei e lhes garantisse ajuda militar. Entre os anos de 1629 a 1631, estima-se que as bandeiras paulistas tenham ceifado cerca de quarenta mil almas. (CARBONELL, 1992, p. 82)

A fim de escapar destes ataques, os padres organizaram uma migração em massa na direção Sul, às proximidades do Rio Uruguai, na atual fronteira entre o Brasil e a Argentina.

Ante a magnitude de tantos ataques, em fins de 1631, Padre Montoya organizou a retirada de aproximadamente doze mil índios, entre remanescentes das Missões atacadas e refugiados de Loreto e San Ignacio. A jornada, que foi chamada de “Grande Êxodo Guarani” começou de barco, indo à jusante do Rio Paraná e Yabeberí. A destruição das canoas, o esgotamento das provisões, os riscos das selvas e as doenças tornaram esse trajeto extremamente dificultoso, sobrevivendo ao fim, cerca de quatro mil índios. (CARBONELL, 1992, p. 83/84)

O deslocamento às regiões do Tape não significou a paz definitiva, pois os ataques continuaram. Somente quando a Coroa espanhola autorizou que os guaranis empunhassem armas e defendessem as reduções é que as bandeiras cessaram, dando início ao período missionário mais estável, que durou mais de cem anos e resultou em cerca de trinta agrupamentos nas duas margens do rio Uruguai.

É necessário ainda compreender a situação fronteiriça dos Trinta Povos das Missões Guaranis, diante do expansionismo do império português. Essa situação estratégica, em uma área na qual os espanhóis estavam progressivamente perdendo territórios, levou a monarquia hispânica a fazer concessões, armando os indígenas com armas de fogo, considerando-os como uma milícia de apoio. (KERN, 1994, p. 75)

Esta defesa territorial, bem como o progresso econômico que as reduções foram obtendo, com a atividade agrícola, pecuária, ervateira e manufatureira, em muito agradou a Espanha nos primeiros anos. A erva-mate de excelente qualidade, a carne e o couro produzidos nas vacarias e estâncias, os artefatos em madeira – instrumentos musicais, arte sacra e utensílios – eram adquiridos não somente em Buenos Aires e Assunção, mas também na Europa.

Assim, as Missões platinas experimentaram um período de grande desenvolvimento e prestígio, congregando no território amplo a que se denominava Paraguai (que corresponde atualmente às fronteiras entre Argentina, Brasil e Paraguai) um sistema colonial ímpar.



**Paragvária vulgo Paragvai – gravura de Arnoldus Montanus, 1671
 (Arquivo Histórico do Itamaraty, Mapoteca, Rio de Janeiro).**

Este sucesso, na segunda metade do século XVIII passa a se tornar um incômodo, seja porque as dissensões entre Espanha e Portugal arrefeceram, seja pela desconfiança que a Companhia de Jesus passa a enfrentar na Europa e consequentemente nas colônias.

Ocorreu que, passados mais de cem anos das hostilidades empreendidas no Guairá, a reaproximação dos impérios e as reacomodações realizadas na era dos Bourbons alteraram completamente o ânimo do Estado espanhol em face da Província do Paraguai. A Colônia do Sacramento, tão próxima da próspera e crescente Buenos Aires, no estratégico estuário do Prata, tornou aquelas trinta povoações uma excelente barganha para os novos contornos coloniais da América do Sul. (LINI, 2015, p. 118)

Assim, a porção oriental ao rio Uruguai foi perdendo importância para a Espanha, pois a Colônia do Sacramento sob mãos portuguesas era muito mais preocupante que qualquer tentativa de acesso aos já consolidados domínios na direção do altiplano ou da selva. Buenos Aires passou a ser a prioridade, pois já se mostrava um porto fundamental à economia metropolitana e garantia à Espanha seus lucrativos domínios ao Sul.

Aproveitando um período de reaproximação entre as dinastias ibéricas, a negociação do território do foi colocada em marcha. O espaço missionário, em sua parte Leste deveria ser cedido à Portugal, que estava desenvolvendo a economia tropeira a partir de Sorocaba,

buscando ao Sul o gado que se espalhou nas planícies dos pinhais, e que paulatinamente ocupava o interior com vilas de migrantes e postos de paradas de tropeiros.

De outra parte, Portugal entregava a Colônia do Sacramento, às margens do Rio da Prata, que já não representava um entreposto tão interessante, mas sim um ponto de apoio para o comércio de contrabando no Prata, o que desagradou alguns políticos portugueses que tinham interesses diretos neste mercado. Um dos políticos que em princípio se opôs a esta negociação foi o próprio Marquês de Pombal – nomeado secretário de Estado pelo Rei alguns meses depois da assinatura do Tratado de Madrid – porém, posteriormente mudou de ideia, pois neste aspecto predominou sua antipatia à causa jesuítica.

Assim, o Brasil colonial, enriquecido pelo ouro de suas minas, era mantido afastado das disputas que talvez pudessem estremecer as relações entre Portugal e Espanha, de forma que ambos os soberanos saíam em certa vantagem, redesenhavam seus domínios e intercambiavam seus súditos, embora jamais tenham consultado os habitantes destes territórios.

O tratado de Madrid e a negociação territorial ibérica.

O Tratado de Madrid, datado de 1750, veio a regulamentar a situação incerta que as fragilidades do Tratado de Tordesilhas haviam deixado no continente, redefinido o espaço entre os dois Estados, agora, segundo os critérios fáticos. Era impossível ignorar os avanços portugueses, muito além da faixa atlântica originalmente concedida, assim como a Espanha havia se excedido em grande medida no Oriente insular. Porém, naquele momento a prioridade era delimitar as fronteiras na América do Sul – o que foi feito com um Tratado tão abrangente e ousado quanto o primeiro.

Concluído em 13 de janeiro de 1750, o Tratado consagrou o princípio do *uti possidetis*, fundamental para a doutrina de limites que seria seguida pelo Brasil. Onde houvesse real ocupação, ficava confirmada a posse dos territórios em questão. Com isso, era formalmente revogado o Tratado de Tordesilhas, cujo meridiano nunca foi um limite efetivo. Na verdade, a linha imaginária que deveria separar os domínios ibéricos no Novo Mundo já nem existia na prática. O Tratado reconheceu a situação *de facto*, legitimando-a por meio de ato jurídico contraído com o livre consentimento das partes. (AMORIM *in* CORTESÃO, 2006, p. 5)

Neste contexto, as Missões Jesuíticas estavam justamente no centro da questão, pois, por muito tempo, foram utilizadas pela Espanha como forma de contenção aos avanços portugueses. Os Trinta Povos das Missões ocuparam uma enorme extensão territorial, a que se denominava genericamente de Paraguai, e, além de serem permanentemente povoadas,

urbanizadas e lucrativas, ainda congregavam uma população maciçamente nativa, que mantinha seu idioma e uma forma peculiar de organização política e econômica.

Ficou determinado então que a Espanha cederia os territórios do Rio Grande de São Pedro, que congregava sete das trinta Missões Jesuíticas das adjacências do rio Uruguai, autorizando que os índios se transferissem com seus pertences para as demais reduções do lado espanhol.

Das Povoações ou Aldeias, que cede Sua Majestade Católica na margem Oriental do Rio Uruguai, sairão os Missionários com todos os móveis, e efeitos; levando consigo os Índios para os aldear em outras terras de Espanha; e os referidos Índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as Armas, Pólvora e Munições, que tiverem; em cuja forma se entregarão as Povoações à Coroa de Portugal com tôdas as suas Casas, Igrejas e Edifícios, e a propriedade, e posse do Terreno. As que se cedem por Suas Majestades Fidelíssima e Católica nas margens dos rios Pequiri, Guaporé, e das Amazonas, se entregarão com as mesmas circunstâncias que a Colônia do Sacramento, conforme se disse no Artigo XIV: e os Índios de uma e outra parte terão a mesma liberdade para se irem ou ficarem, do mesmo modo, e com as mesmas qualidades, que o hão de poder fazer os moradores daquela Praça; exceto que os que se forem perderão a propriedade dos bens de raíz, se os tiverem. (CORTESÃO, 2006. p. 370-371)

Por sua vez, Portugal entregaria a Colônia do Sacramento, situada às margens do Rio da Prata, e os moradores decidiam se lá permaneceriam, ou se mudavam para possessões portuguesas, podendo vender seus bens imóveis e levar consigo os bens móveis e semoventes.

A Colônia do Sacramento se entregará por parte de Portugal, sem tirar dela mais que Artilharia, Armas, Pólvora, e Munições, e Embarcações do serviço da mesma Praça; e os moradores poderão ficar livremente nela, ou retirar-se para outras terras de domínio Português, com os seus efeitos e móveis, vendendo os bens de raíz. O Governador, Oficiais, e Soldados levarão também todos os seus efeitos, e terão a mesma liberdade de venderem os seus bens de raíz. (CORTESÃO, 2006. p. 370)

Era de se considerar que neste cenário de aproximação entre as coroas ibéricas, a presença da Companhia de Jesus com poderes políticos e econômicos tão amplos, apoiados maciçamente pelos numerosos guaranis reduzidos, era cada vez mais indesejada por ambas metrópoles. Desta forma, poderiam resolver tanto a questão política entre si, como relação àquela Ordem religiosa que já despertava tanta desconfiança e animosidade na Europa.

Conforme mencionado, a entrega da Colônia do Sacramento não fora objeto de consenso, tampouco os sete povos da margem Oriental do Uruguai se entregaram facilmente, dando início à chamada Guerra Guaranítica, que se estendeu de 1750 a 1756, e deu origem a figuras míticas como Sepé Tiaraju e Nicolau Ñenguiru. Com a Batalha do Caiboaté, em 1756, as missões de São Borja, São Miguel, São Lourenço, São Nicolau, São João Batista, São Luiz

Gonzaga e Santo Ângelo foram tomadas, resultando este esforço de resistência dos missionários em um verdadeiro massacre, padecendo centenas de guaranis.

Ocorreu que, os termos de tais acordos foram extremamente injustos, a considerar que as terras dos Sete Povos das Missões deveriam ser simplesmente desocupadas, sem qualquer forma de compensação ou indenização – conforme constava do Tratado: *se entregarão as Povoações à Coroa de Portugal com tôdas as suas Casas, Igrejas e Edifícios, e a propriedade, e posse do Terreno* (sic) – o que não ocorreu com os habitantes da Colônia do Sacramento. Ademais, qualquer compensação seria insuficiente ao guarani, pois sua ligação com o território não era somente física, mas espiritual. O amplo espaço ocupado sempre foi um elemento fundamental à interação do guarani com a terra.

Como a questão não ficou pacificada pelo primeiro Tratado, que resultou em descumprimentos contumazes de ambos os lados, onze anos depois foi firmado o Tratado de El Pardo (1761), que tornou nulas todas as disposições anteriormente estabelecidas.

Ainda que o Tratado de El Pardo tenha, na teoria, retornado ao estado de coisas anterior, o atrito com os jesuítas já havia afetado o estado de ânimo nas Missões, cuja lealdade passou a ser questionada pelos indígenas. Adicione-se a esta situação regional o fato de que tanto na Espanha quanto em toda Europa, um clima adverso à Companhia de Jesus se instalava. Em Portugal, a situação era ainda mais séria, quando em 1759 se atribuiu aos jesuítas um atentado contra o Rei, o que resultou na expulsão da Ordem de todo o território português, inclusive secularizando suas Missões do Maranhão e do Grão-Pará. Neste mesmo clima de desconfiança, a Espanha adotou igual política em seus domínios na Europa e nas Índias, e no ano de 1767 o Rei Carlos III oficializou a expulsão dos jesuítas. (LINI, 2015, p. 125)

Mas após tantos conflitos, retornar ao estado anterior era impossível, e a questão fática permanecia: os domínios há muito não coincidiam com a linha imaginária de Tordesilhas. Era necessário dar uma solução definitiva ao caso, o que ocorreu somente em 1777 com o Tratado de Santo Ildefonso, firmado pelo Rei Carlos III de Espanha e Maria I de Portugal. Nele, o Tratado de Madrid retornou aos termos originais e pacificou de vez o domínio português sobre o território dos Sete Povos das Missões. Assim, as Missões jesuíticas, já abaladas, perdem seu espaço definitivamente no território português.

Com a expulsão dos jesuítas também nos territórios hispânicos, os remanescentes das Missões foram entregues a outras ordens religiosas e às autoridades coloniais provinciais, que se mostraram totalmente inábeis em manter o eficiente sistema econômico e político até então mantido pela Companhia de Jesus.

Muitos guaranis passaram a viver nos campos, improvisando cabanas. Assim, eram mais livres e menos explorados que nas reduções, onde tinham que pagar o aluguel

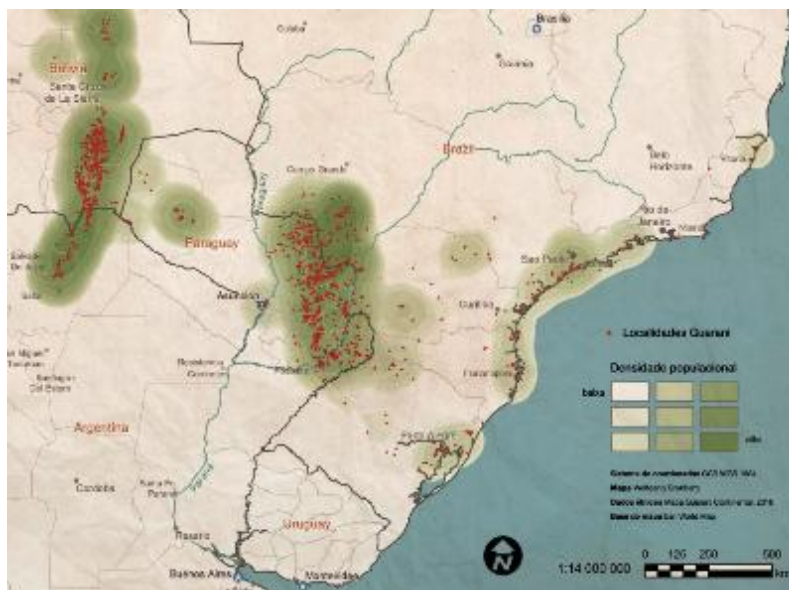
das suas antigas casas. Estas, começaram a ruir, bem como as magníficas igrejas, as escolas e as oficinas. Vinte e cinco anos após a expulsão dos padres, Azara encontrou essas construções abandonadas e parcialmente demolidas. LUGON, 2010, p. 215.

Desta forma, diluíram-se aos poucos os remanescentes das Missões, restando aos guaranis o retorno ao modo de vida originário ou a adaptação – ainda que precária – ao sistema colonial em curso, que logo seria substituído pelos nascentes Estados pós independências. Fato é que, naquele grande espaço que abrigou as estruturas urbanas e rurais das Missões Jesuíticas, sucedeu-se um vazio que proporcionou aos Estados, em períodos posteriores, a possibilidade de distribuição conforme outros padrões colonizadores, que sempre priorizaram o europeu e o modelo produtivo de exploração exaustiva da natureza e da mão de obra.

Da República Guarani aos Estados Latino-Americanos atuais.

A tarefa missionária assumida pelos jesuítas, e o próprio caráter da Ordem, seria determinante à construção do território e da colonização americana que, dentro dos princípios de uma rígida moral cristã, estabeleceram um cenário à parte, completamente distinto dos demais espaços de conquista (LINI, 2015, p. 29).

Comparando-se o mapa de 1671 com o mapa abaixo, é possível verificar que a presença guarani coincide com os territórios das Missões Jesuíticas, bem como representa os espaços de ocupação mais tardia no Brasil. Como comparação, pode-se verificar que a fundação das cidades litorâneas como Curitiba, São Paulo, Florianópolis, Porto Alegre e Laguna datam dos séculos XVI e XVII, enquanto a ocupação efetiva do interior data de princípios do século XX.



Mapa Guarani Continental: Povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai (Equipe Mapa Guarani Continental, Campo Grande-MS, 2016).

Tal vácuo se explica, em grande parte, pelo vazio territorial, político e jurídico deixado pelo fim do período missionário, bem como pela ausência de qualquer titulação ou legitimação dos guaranis em seu espaço tradicional. É interessante observar que nos séculos XVI e XVII todas as prerrogativas de domínio sempre foram concedidas à Companhia de Jesus, que recebiam as autorizações para fundar as reduções, sem que os guaranis fossem diretamente titulados.

Permaneciam assim em uma situação de permanente “tutela”, em um espaço concedido à ordem religiosa que ali dirigia econômica e politicamente, com as estruturas do cacicado internamente estabelecidas. Porém, do momento em que as terras dos Sete Povos foram entregues a Portugal, e com a sequente expulsão dos jesuítas, a prerrogativa de domínio não foi concedida ao guarani, e sim devolvida considerada *res nullius*, ou coisa vaga, sem dono, portanto, passível de apropriação por parte de colonizadores.

Do lado espanhol, com a expulsão dos jesuítas, as Missões foram entregues à administração de outras ordens – que, no geral fracassaram – e aos poucos os indígenas ou buscaram retornar à condição anterior de vida tribal, ou mesmo se incorporaram precariamente à economia, na condição de peões de estância ou trabalhadores servís.

Este vazio territorial também se explicou pela dificuldade em estabelecer vilas e cidades permanentes. Se a porção do pampa gaúcho e dos campos gerais, que em suas planícies frias abrigaram as primeiras estâncias particulares de gado, concedidas pelas comendas reais, as florestas às margens do rio Paraná apresentavam uma série de dificuldades para fixar vilas e povoados, pois o acesso pela mata era penoso.

Some-se a esta dificuldade a reconfiguração dos estados nacionais pós independências e as disputas territoriais materializadas pela Guerra do Paraguai, e os remanescentes dos territórios das Missões restaram fragmentados e isolados.

As primeiras formas particulares de exploração econômica na região foram as *obrages* de extração de erva-mate e madeira, empreendidas por companhias argentinas e brasileiras em meados do século XIX, que empregaram a mão de obra guarani de maneira exploratória e cruel.

A cem quilômetros das barrancas do Paraná essa frente pioneira já encontrava indígenas que, por falarem o guarani, com ainda se fala no país vizinho, eram chamados de “paraguaios”. Por assim serem identificados agentes públicos (militares, governo federal e estadual) e privados (obrageros e colonos) consideravam que aqueles estavam no lugar errado, porque ali agora seria Brasil. Como principais atingidos pela Guerra do Paraguai, porque os conflitos se deram sobre seus territórios, marginais às hegemonias em formação e expansão, os indígenas pagavam sua dívida

como vencidos, sendo espoliados de sua força de trabalho. O indígena era um *mensu*, um peão que recebia por mês a mais baixa quantia entre os trabalhadores. (SALLES, BERGOLD e VANESKI FILHO, 2016, p. 129)

Incomodadas com a presença argentina, avançando cada vez mais pelas margens do rio Paraná, as autoridades brasileiras procuravam uma forma de efetivamente estabelecer suas fronteiras a Oeste. Assim, fundaram a Colônia Militar Iguassu em 1889, que tinha, dentre outras prerrogativas a competência para distribuir terrenos a colonos interessados, vinculada à comarca de Guarapuava.

Porém, é fato que até a primeira metade do século XX as companhias ervateiras e madeireiras teriam primazia nos territórios interioranos, assim como os grandes estancieiros mais ao Sul. Em seguida outros empreendimentos privados receberiam do Estado grandes concessões de terra para seus empreendimentos colonizadores.

A partir da década de 1940, com a “marcha para o Oeste”, as chamadas companhias colonizadoras assumiriam a tarefa de acomodar os interesses em relação à propriedade da terra, recebendo do próprio Estado a prerrogativa de fracionar e comercializar os espaços urbanos e rurais, formando cidades planejadas voltadas à produção agrícola. Para tanto, atraíram os chamados ‘colonos’, oriundos dos estados Rio Grande do Sul e Santa Catarina, descendentes dos imigrantes europeus que se instalaram no Brasil em meados dos séculos XIX e XX.

Desta transformação do espaço, resultaram uma série de problemas sociais, especialmente em relação aos povos tradicionais, que sempre permaneceram marginalizados, ou mesmo invisibilizados. O guarani, neste contexto, foi usurpado de seu território e sua cosmologia por mais de quatro séculos, nas diversas modalidades empreendidas pela colonialidade – desde às Missões Jesuíticas ao modelo de agronegócio exportador em franca expansão na atualidade.

Consequências, impactos territoriais e violência permanente nas fronteiras.

Ao longo do estudo, foi possível compreender que a colonização da região da bacia do Prata sempre passou por conflitos, primeiro entre as coroas ibéricas, entre estas e os jesuítas, entre os Estados nacionais independentes e entre os próprios agentes econômicos que sucessivamente exploraram o espaço. Desde o ciclo da erva-mate, passando pelas madeireiras, e atualmente com a priorização do mercado agroexportador, as fronteiras do cone-Sul sempre foram vistas muito mais como um problema a resolver do que um espaço a ser compreendido e incorporado em suas particularidades.

Este contexto, caracterizado pela ocupação violenta e pela apropriação territorial voltada à exploração econômica em benefício somente daqueles que veem na natureza o recurso a dominar, é caracterizado pela negação da existência e da legitimidade das populações e valores locais, pois só subjugando aquele que é originário é que a colonialidade se consolida e atinge suas finalidades.

A presença guarani na região é conhecida desde os primeiros contatos com o europeu ainda no século XVI, e, enquanto mostrou-se útil aos interesses coloniais, fora incentivada e organizada pelo sistema reducional, que, com a conversão e a fixação no território garantiu a ampliação dos domínios hispânicos nas distantes florestas da bacia do Prata.

Das sequentes atividades coloniais, dos conflitos e aproximações entre Portugal e Espanha, do deslocamento forçado aos territórios mais ao Sul, da obliteração cultural, da usurpação do espaço, do abandono nas negociações entre duas coroas ambiciosas – de todos estes acontecimentos somente as externalidades foram deixadas aos guaranis, e nenhum benefício.

Do momento que a organização missional deixou de ser conveniente, toda a estrutura social e política que compunha a realidade do guarani se desvaneceu, sem que nenhuma forma de ajuste ocorresse, somente o abandono e a segregação. Após tantos acordos, tratados e acomodações de interesses de uma elite colonial inapta e corrupta, teve lugar a omissão e a ineficiência de jovens Estados nacionais em conflitos sucessivos, disputando fronteiras, matas e rios em guerras cruéis.

Os impérios e repúblicas que seguiram, passaram a priorizar as formas desenvolvimentistas, voltadas aos mercados e interesses externos, distribuindo benesses a alguns favorecidos que compuseram as elites locais. A gênese de um pensamento economicamente liberal, porém politicamente conservador, deu ensejo ao patrimonialismo e à atuação estatal em benefício de poucos, e, logicamente, neste contexto não cabe qualquer forma de reconhecimento de direitos às comunidades tradicionais locais.

O indígena, desde o período colonial considerado inapto, indolente e bárbaro jamais conseguiu o posto de protagonista, e sim, permaneceu no papel de vítima de exploração do trabalho, espoliação territorial, quando não do extermínio, com a conivência de um poder que busca silenciar e excluir uma presença humana de tempos imemoriais.

Atualmente, aqueles que se beneficiaram de uma estratégia neocolonial, de titulação e oficialização da propriedade da terra e apropriação da natureza em benefício de um

mercado externo ávido por recursos naturais a custos econômicos baixos e custos socioambientais altos, representam o maior desafio à sobrevivência da etnia guarani. As prioridades, desde os tempos coloniais pouco mudaram.

O reconhecimento de que a sociedade envolvente se sobrepôs forçosamente ao território legado pela presença imemorial guarani é uma ideia completamente oposta às estratégias da dominação colonial. E esta não fica restrita a essa região – em todos os espaços da colonialidade as sociedades tradicionais somente mantêm sua existência devido a um enorme esforço de resistências e embates sociais.

Ocorreu que, com a atividade missionária que se desenvolveu neste amplo espaço por quase cento e cinquenta anos, em diferentes ciclos e sítios – desde o Itatim, ao Guairá e o Tape – é inegável que esta presença se manteve com maior força. Ao contrário de outras sociedades que foram de todo exterminadas ou dissolvidas, as Missões, em todo seu potencial gregário, contribuíram para a sobrevivência de um número expressivo de guaranis.

O Paraguai é um exemplo desta resistência, que mantém até hoje a forte presença guarani social e cultural em sua população. O desenho tardio das fronteiras, que ficaram oficialmente por duzentos e cinquenta anos em domínio espanhol, e só incorporadas por Portugal após os sucessivos tratados, também contribuíram para que as definições atuais do território do Sul do Brasil fossem efetivadas já dentro dos parâmetros do sistema capitalista consolidado, diferentemente da tradição portuguesa da monocultura açucareira típica dos domínios litorâneos que inauguraram a era mercantilista.

Quando da titulação destas terras, já em meados do século XX, a organização deste espaço ocorre de forma controlada pelo Estado, conciliando seus interesses aos interesses de particulares que lucraram de todas as formas, desde o valor pago pelas terras, ao desbaste da mata e comércio de madeira, até mesmo pela burocracia local com seus títulos, matrículas e favores políticos.

Passada esta questão, o agronegócio dominou o espaço de vez, conformando toda a dinâmica socioeconômica ao modelo monocultor de exportação. Não se pode esquecer também de todo o aparato desenvolvimentista que se estabeleceu – estradas, hidrelétricas e obras estruturantes – que jamais levaram em conta, de maneira séria, seus impactos ambientais, econômicos e sociais.

Para esta realidade, por muitos incentivada e altamente apoiada pelos interesses políticos predominantes, os povos tradicionais são vistos com grande desprezo, como

verdadeiros entraves à economia que tanto mostra resultados expressivos. A demarcação de terras – ainda que não suficiente à cosmologia e à micromobilidade guarani, mas dentro de uma realidade possível – é fortemente resistida pelos proprietários e lideranças locais, pois as terras altamente produtivas, com valores de mercado cada vez mais altos, despertam interesses completamente opostos ao modo de ser tradicional.

Quando reclamam tal direito, os guaranis sofrem uma série de retaliações, não contam com o apoio do poder público ou da comunidade envolvente, não possuem acesso pleno às políticas públicas mínimas de atendimento e acabam por suportar uma série de abusos – de ameaças de morte e agressões físicas à destruição de suas comunidades. Além do mais, a violência institucionalizada, que ignora a presença no território, nega o pertencimento sob a falácia de que não fazem parte de um Estado, e sim de outro, a ocultação dos problemas e impedimento ao modo de vida e à micromobilidade também se mostram eficientes ferramentas de enfraquecimento às comunidades guaranis.

A conveniente omissão da presença indígena neste território que aparentemente funciona muito bem, que demonstra maior sucesso no modelo hegemônico imposto, que atende unicamente aos interesses do capital e do mercado, oculta um histórico de permanente violência e segregação, que não acolhe e não incorpora o guarani e seu modo de ser, uma vez que este é incompatível com tudo aquilo que o *agrobusiness* e o suposto progresso pregam.

Desta forma, percebe-se que o processo colonial permanece em curso, atingindo suas finalidades com grande eficiência, fazendo da dominação e da exploração sua maior estratégia. Os benefícios permanecem na mão de poucos, e jamais se reverterem à comunidade local de forma efetiva – e desde o século XVI até a atualidade, mudam apenas as ferramentas utilizadas para este fim.

Conclusões.

As Missões Jesuíticas representam um cenário colonial atípico e amplamente discutido, desde sua gênese e suas motivações – em um caráter utópico real ou suposto – até seu legado como transformação definitiva do espaço e suas contribuições para a formação dos atuais contornos da sul-americanos.

É fato que a presença indígena sob o dirigismo dos padres da Companhia de Jesus representou um formato inédito de colonização, que, em muito contribuiu para a contenção dos

avanços portugueses por mais de dois séculos. Somente com a negociação territorial realizada pelo Tratado de Madrid, confirmado por El Pardo, é que Portugal, de fato, se apropria dos espaços interioranos da face Oriental do Rio Uruguai, entregando, em contrapartida, a Colônia do Sacramento, empurrando mais abaixo a presença hispânica e predominando no espaço que viria a se tornar os estados do Sul brasileiro.

Ocorre que, o vácuo desta negociação territorial, coincidente tanto com a expulsão dos jesuítas como com a inabilidade da Coroa portuguesa em estabelecer uma ocupação organizada e eficiente, deixou como legado um ambiente de fragilidade aos guaranis, que perderam seu modo de vida tradicional, suas terras e sua identidade, e procuraram um retorno às florestas, o que já não se mostrou de todo possível.

A partir do século XIX as margens dos rios da bacia do Prata passaram a ser o cenário da exploração da erva-mate e da madeira pelas companhias particulares, que utilizaram exaustivamente a mão de obra do guarani, sem qualquer preocupação efetiva do poder constituído. Foi somente na transição do século XX que as terras deste grande espaço interiorano serão ocupadas, e a partir de então, convenientemente fracionadas e comercializadas pelos governos dos Estados conforme interesses e estratégias coloniais cada vez mais sofisticadas e excludentes.

Atualmente, o território que foi cenário das Missões é ocupado pela monocultura agroexportadora, pela pecuária intensiva e por cidades planejadas, habitadas por descendentes de imigrantes europeus. Neste contexto, os mercados de *commodities* recebem total primazia, em detrimento de todos aqueles que, de alguma forma não se encaixam neste modelo produtivo.

Os guaranis procuram, neste espaço, uma forma de coexistência, porém, esta é cada vez mais precarizada, invisibilizada, ausente de políticas públicas de atendimento, de demarcação, em uma permanente luta pela retomada de um território ancestral. O pequeno produtor, não encontra possibilidades de subsistência senão aquelas impostas pelo poder hegemônico, que orchestra todo o entorno socioeconômico unicamente a seu favor.

Este local encontra fragilidades muito específicas, resultado de sucessivas formas de ocupação e dominação que atendiam e atendem somente interesses externos, desde as disputas coloniais às atuais balanças comerciais. Compreender que a violência é permanente, e que as fronteiras se desenharam às custas de muitos conflitos, é um passo importante para encontrar uma identidade e desenvolver novas formas de existência e resistência, que permitam a sobrevivência das comunidades tradicionais.

Referências Bibliográficas

- BELASTEGUI, Horacio. *Los colonos de Misiones*. Posadas: EDUNAM, 2006.
- CARBONELL, Rafael. *Estratégias de desarrollo rural en los Pueblos Guaraníes (1609-1767)*. Barcelona: Antoni Bosch Editor S.A., 1992.
- CORDEIRO, Tiago. *A grande aventura dos jesuítas no Brasil*. São Paulo: Planeta, 2016.
- CORTESÃO, Jaime Zuzarte. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Prefácio de Celso Amorim. Tomo 1. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- _____. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Tomo 2. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- HEGUY, Silvina. *Misiones: jesuítas & guaraníes – una experiencia única*. Buenos Aires: Golden Company, 2009.
- KERN, Arno Alvarez. *Utopia e missões jesuíticas*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1994.
- LINI, Priscila. *O direito à terra nas missões jesuíticas dos guaranis: entre o individual e o coletivo*. 2015. 192 f. Tese (Doutorado em Direito Econômico e Socioambiental). Escola de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- LUGON, Clóvis. *A República Guarani*. Tradução de Alcy Cheuyche. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MELIÁ, Bartomeu. *Ñande reko nuestro modo de ser*. La Paz: CIPCA, 1988.
- PASTELLS, Pablo. *História de la Compañía de Jesus em la Provincia del Paraguay según los documentos originales del Archivo General de Índias*. Tomo I. Madrid: Librería General Victoriano Suárez, 1912.
- SALLES, Jefferson; BERGOLD, Raul; e VANESKI FILHO, Ener. *Vidas amargas: indígenas explorados pelas obras (1860-1950)* In: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de (org). *Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná: (re)existência em Tekoha Guasu Guavira*. Curitiba: Letra da Lei, 2016.